	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ **PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS** **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL** Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 - Jardim Marco Zero – Macapá/AP Telefone: (96) 3312-1730 / 3312-1729 CNPJ: 34.868.257/0001-81	**REQUERIMENTO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

Solicito a averbação do tempo de serviço/contribuição decorrente de vínculo de trabalho prestado anteriormente, nos termos da legislação em vigor:

1. Dados do Servidor*

Nome completo*:			
Nome social (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016):			
Data de nascimento:	RG:	CPF*:	
Unidade de exercício*:	Matrícula SIAPE*:		
Cargo*:		Classe*:	Padrão*:
Telefone do trabalho com DDD*: ( )	Celular com DDD: ( )		
E-mail*:			

* informações obrigatórias

2. Declarações

a) Declaro, para fins de AVERBAÇÂO que o tempo de serviço/contribuição consignado neste Processo **NÃO** foi por mim utilizado para efeito de aposentadoria no Serviço Público Estadual ou Municipal e/ou na Previdência Social (INSS).

b) As informações ora prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme Art. 299 do Código Penal Brasileiro (falsidade ideológica).

3. Documentos que deverão ser anexados a este requerimento

a) Certidão de tempo de serviço/contribuição original que comprove o tempo de contribuição a ser averbado. A certidão de tempo de contribuição deverá ser expedida pelo INSS (quando se tratar de atividade prestada na iniciativa privada ou no serviço público sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho) ou pelo órgão de recursos humanos correspondente (quando se tratar de serviço público exercido sob o regime próprio de previdência).

b) No caso de Serviço Militar obrigatório poderá ser aceita cópia autenticada do Certificado de Reservista desde que contenha o início e o término do serviço. Caso o documento não especifique o tempo de serviço prestado, será exigida certidão original, emitida pelo órgão no qual o servidor prestou o Serviço Militar. (*Fund. Legal: Acórdão TCU nº 2.600/2004 – 1ª Câmara – Ata nº36, Sessão de 19.10.04 TC – 008.938/2004-6; Lei nº1711/52; Lei nº 8.112/90; Acórdão 19 e 20/2003 Segunda Câmara).*

_____/____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

_____
(Assinatura)